



ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 01

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2017 na Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – SAMF em Salvador/BA, por seus representantes legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, IN-SEAP nº 1, de 8 de agosto de 2002, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão por Registro de Preços, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial da União e homologada pelo Superintendente de Administração – SAMF/BA, Processo nº 10580.000426/2017-90 **RESOLVE** registrar o preço para serviços de instalação de divisórias, com fornecimento de material, conforme condições, quantidade, exigências e estimativas conforme consta no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, o referido preço, oferecidos pela empresa Marcenaria Sular Ltda, **CNPJ nº 89.278.519/0001-40** cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

CLAUSÚLA PRIMEIRA – DO OBJETO – A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações descritas neste Edital e seus Anexos.

CLAUSÚLA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional com características de compromisso para futura contratação, terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação.



Parágrafo Primeiro – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR REGISTRADO, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o FORNECEDOR REGISTRADO assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

Parágrafo Terceiro – A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa e competente Autorização de Material, a qual deverá ser assinada e retirada pelo Fornecedor no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Mediante a retirada da Nota de Empenho e Autorização de Material, estará caracterizado o compromisso de entrega do material.

Parágrafo Quinto – A existência de preços registrados não obriga a SAMF/BA a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

Os preços, expressos em Real (R\$) 1.980.000,00 (Hum milhão, novecentos e oitenta mil), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.



CLÁUSULA QUARTA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo Segundo – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro – Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo Quarto – Na hipótese do parágrafo anterior, a CONTRATANTE convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a CONTRATANTE poderá:

I – Liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sexto – Não havendo êxito nas negociações, a CONTRATANTE procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



CLAÚSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os bens móveis deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, conforme o item 6 do Termo de Referência, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho e/ou Ofício nos locais abaixo discriminados:

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302

Superintendência do Patrimônio da União – Rua da Polônia Edf. Orlando Gomes Bairro Comércio – CEP: 40.015-150 – Salvador

Controladoria Geral da União – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015-302 – Salvador

Escola de Administração Fazendária Salvador – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302 – Salvador

Procuradoria da Fazenda Nacional em Salvador – Avenida Araújo Pinho nº 91 – Bairro: Canela – CEP: 40.110-150 - Salvador

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Feira de Santana – Avenida Getúlio Vargas nº 2440 – CEP: 44.076-636 – Feira de Santana

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ilhéus na Bahia – Rua General Camara nº 53 – CEP: 45.653-220 – Ilhéus/BA;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Barreiras/BA – Rua Alberto Coimbra nº 475 – CEP: 47.083-240 – Barreiras/Ba;



Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Vitória da Conquista na Bahia – Rua Pastor Arthur de Souza Freire nº 750 Quadra E – CEP: 45.028-738 – Vitória da Conquista;

Parágrafo Único – O pedido de extensão do prazo de entrega deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela SAMF/BA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O recebimento dos materiais ficará a cargo da DRL/SAMF/BA, e quando necessário, pela Comissão de Recebimento de Materiais, designada nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Os responsáveis pelos setores Administrativos na Unidade da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados serão previamente designados para o recebimento, acompanhamento e conferência dos materiais a serem entregues.

Parágrafo Segundo – A aceitação/aprovação final dos materiais recebidos estará condicionada a exame qualitativo a ser realizado por servidor público previamente designado e/ou Comissão de Recebimento, que efetuarão o recebimento provisoriamente e definitivamente, nos termos da alínea “a” e “b” do art. 73, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – O(s) material(ais) serão recebidos da seguinte forma:

1. Provisoriamente, até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento do(s) material(ais) emitida pela SAMF/BA, prazo este em que a Contratada deverá entregar o material, bem como será aferido, por servidor e/ou comissão de recebimento, a conformidade destes com as especificações constantes na proposta da Contratada, referente à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, especificações mínimas constantes do Edital e seus anexos, bem como da Nota de Empenho.

1.1. Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento provisório.

2. Definitivamente, depois de aferido o cumprimento integral, pela Contratada, das exigências constantes do Edital e anexos, e em especial quanto à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, e obediência às especificações técnicas mínimas constantes do Item 4, do Termo de Referência, bem como da proposta da Contratada e da Nota Empenho.



2.1. Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento definitivo e no prazo de até 10 (dez) dias corridos, o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura, com vistas à liquidação e pagamento.

Parágrafo Quarto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da adjudicatária;

Parágrafo Quinto – Caso, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com as especificações mínimas exigidas pelo Edital e seus anexos e com a proposta da Contratada, a empresa será notificada por ofício ficando interrompidos os prazos para o recebimento e o pagamento ficará suspenso até que a falha seja sanada.

Parágrafo Sexto – Em caso de equipamento/material em desconformidade com o especificado ou com defeito, estes deverão ser substituídos, a expensas da Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do Termo de Recusa do Material.

CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada por servidor designado, devendo ser respeitado o prazo de **5 (cinco) dias**, conforme dispões o artigo 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, seguindo as etapas descritas no presente Termo de Referência;

O Contrato a ser firmado não terá valor fixo mensal. Somente terá despesa se houver emissão de ordem de serviço;

Parágrafo Primeiro – A SAMF/BA reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo Segundo – A SAMF/BA poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa, nos termos desta contratação.



Parágrafo Terceiro – O prazo de pagamento dos serviços será contado a partir da data da liquidação da Unidade.

Parágrafo Quarto – Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, se o caso, em nome da SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA – SAMF/BA, CNPJ sob o nº **00.394.460/00006-56**, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

Parágrafo Quinto – Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Sexto – Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento fiscal será devolvido ao contratado e o pagamento ficará pendente até que tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a SAMF/BA.

Parágrafo Sétimo – O pagamento somente será efetuado se cumpridas, pelo contratado, todas as condições estabelecidas neste Edital, e também com a efetiva prestação dos serviços.

Parágrafo Oitavo – É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço mensal bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;



TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo Nono – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DA EMPRESA REGISTRADA

1. Deverá realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, em conformidade a cada solicitação, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas, e providenciar um projeto executivo para sua plena realização;
2. Fornece e instalar os materiais nas condições estipuladas no Termo de Referência (Anexo I);
3. Constatada qualquer irregularidade no material, bem como na instalação, deverá ser providenciada a substituição no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega/instalação;
4. Caberá à empresa contratada a designação formal de um preposto para representá-la administrativamente junto à SAMF/BA, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;
5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
6. Fornecer os materiais em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência.
7. Possibilitar à SAMF/BA, em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a sua qualquer solicitação;



8. Quando se fizer necessário à mudança nas especificações dos materiais ou substituição de algum material por seu equivalente por iniciativa da empresa fornecedora, esta deverá apresentar solicitação por escrito à SAMF/BA minuciosamente justificada. Entende-se por equivalente, material ou equipamento que tem a função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venham a prejudicar o andamento dos serviços, como também, para não dar causa a possíveis prorrogações de prazo. À fiscalização compete decidir a respeito da substituição;
9. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de carácter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela SAMF/BA;
10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da SAMF/BA, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, objeto do Edital, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
11. Substituir, sempre que exigida pela SAMF/BA e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou satisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;
12. Manter seus empregados, quando em trabalho, devidamente identificados por uniformes e crachás da empresa, e sujeitos às normas disciplinares da SAMF/BA e de segurança do trabalho;
13. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da contratada;
14. Os horários de execução dos serviços ficarão a exclusivo critério da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer aos critérios estabelecidos, de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;



15. Responder pelos danos causados diretamente à MF/BA e Órgãos Jurisdicionados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela SAMF/BA;
16. Executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da SAMF/BA. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;
17. Atender às recomendações dos fabricantes, obedecer às normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assuntos;
18. A empresa fornecedora deverá executar o serviço seguindo rigorosamente projeto (layout) apresentado pela SAMF/BA, sendo obrigação da empresa contratada notificação quanto às eventuais incorreções;
19. Emitir orçamento prévio para cada ordem de serviço recebida, e somente poderá iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela SAMF/BA;
20. A SAMF/BA solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços emitidas à empresa contratada, as quais somente serão liberadas para faturamento após a entrega e aceitação dos mesmos, isto é, concernentes às especificações estabelecidas e qualidade dos materiais empregados, não se admitindo pagamento antecipado, mas somente dos serviços efetivamente executados; e
21. A empresa fornecedora dos materiais deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços.
22. A empresa deverá prestar serviços na SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados
23. A empresa deverá prestar serviços nas unidades elencadas no Anexo II, deste Termo, bem como nas novas unidades que, porventura, venham a serem criadas no transcorrer do contrato.
24. A Licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta de preços ajustadas os documentos relacionados abaixo:



24.1. Declarações de isenção de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante; ou

24.2. Licença Ambiental de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Edital, inclusive permitindo que os funcionários desta tenham acesso às dependências da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, observadas as normas de segurança existentes;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;
3. Cabe à SAMF/BA a exigência do uso dos equipamentos de proteção individuais necessários pelos empregados da empresa contratada, sob pena de determinar a paralisação imediata dos serviços;
4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
5. Notificar, por escrito, a empresa fornecedora dos materiais ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de entrega para a sua regularização; e
6. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais pela empresa fornecedora dos materiais

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

As quantidades inicialmente contratadas não poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme estabelece o art. 12 §1º, do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES



Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado, que:

- I – Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- II – Apresentar documentação falsa;
- III – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- IV – Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- V – Comportar-se de modo inidôneo;
- VI – Cometer fraude fiscal;
- VII – Fizer declaração falsa;
- VIII – Ensejar o retardamento da execução do certame.

Parágrafo Primeiro – A licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I – Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- II – Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- III – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Segundo – Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que:

- I – Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- II – Apresentar documentação falsa;
- III – Comportar-se de modo inidôneo;
- IV – Cometer fraude fiscal;
- V – Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

Parágrafo Terceiro – A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



I – Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – Multa:

a. de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação oficial;

b. de até **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto Contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização pelos prejuízos porventura causados ao Contratante pela não execução parcial ou total do Contrato;

III Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SAMF/BA, pelo prazo de até dois anos;

IV – Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

VI – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Quarto – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo Sexto – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Sétimo – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por Aviso de Recebimento.

Parágrafo Nono – A falha na execução do contrato prevista no inciso I do Parágrafo Segundo desta cláusula estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em, pelo menos, uma das situações previstas na tabela 3 do item 21.6 do Termo de Referência, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir:



GRAU DE INFRAÇÃO	QUANTIDADES DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

Parágrafo Décimo – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Décimo Primeiro – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

Parágrafo Único – É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – Não retirar a respectiva nota de empenho e Autorização de Material, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;
- III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – Tiver presentes razões de interesse público.



Parágrafo Primeiro – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia ou a ela provisionados, no exercício de 2017, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

Parágrafo Único – No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

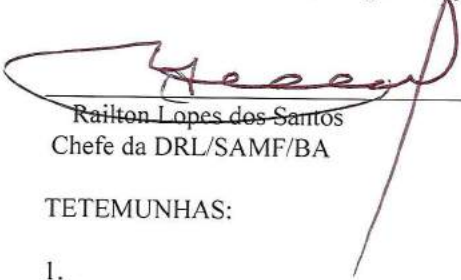
Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2017, o Termo de Referência, bem como a proposta da empresa vencedora do certame.

Parágrafo Primeiro – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, no Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, na Lei nº 10.520, de 17.07.2002, no Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e no Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, com suas alterações.


Parágrafo Segundo – A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante.



Parágrafo Terceiro – As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Salvador/BA, Seção Judiciária de Salvador, com exclusão de qualquer outro. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.



Railton Lopes dos Santos
Chefe da DRL/SAMF/BA



Jain Biagio Canevese
Sócio Diretor – CI 100.8765396

TETEMUNHAS:

1. _____
Nome: _____
CPF: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
CPF: _____
RG: _____



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO - N.º 19 /2017

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em confecção de divisórias, para elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações descritas neste Edital e seus Anexos.

ANEXO I: Termo de Referência

ANEXO II: Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III: Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos

ANEXO IV: Modelo de Declaração de Trabalho de Menor

ANEXO V: Declaração de Enquadramento na Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006

ANEXO VI: Modelo de declaração de elaboração de independente proposta

ANEXO VII: Modelo de proposta comercial

ANEXO VIII: Minuta do Contrato

ANEXO IX: Planilha de preços médios

ÍNDICE

ITEM	ASSUNTO
1 -	DO OBJETO
1.1 -	DA ABERTURA
2 -	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3 -	DA PARTICIPAÇÃO
4 -	DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
5 -	DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
6 -	DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
7 -	DA ABERTURA DAS PROPOSTAS
8 -	DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
9 -	DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
10 -	DA HABILITAÇÃO
11 -	DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
12 -	DOS RECURSOS
13 -	DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14 -	DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR
15 -	DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS BENS MÓVEIS
16 -	DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
17 -	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
18 -	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
19 -	DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
20 -	DO CANCELAMENTO E DO REGISTRO DO PROPONENTE
21 -	DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
22 -	DO PAGAMENTO
23 -	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
24 -	DA FORMALIZAÇÃO
25 -	DOS LOCIAIS E PRAZO DE ENTREGA
26 -	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



- 27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
28 - DO FORO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2017

PROCESSO N.º 10580.000426/2017-90

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

Data: **09/11/2017**

Horário: **11:00 horas**

Endereço: <http://www.comprasnet.gov.br>

A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelas Portarias SAMF/BA, nº 210 de 06/09/2017 e nº 211 de 06/09/2017, publicadas no Boletim de Serviço nº 78 de 11/09/2017 respectivamente, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, **tipo menor preço global**, para contratação de empresa especializada em confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente o Decreto nº 7.892, de 23.01.2013 as disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08.08.2000, e pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, publicada no DOU de 15/12/2006, o Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, publicado no DOU de 01/06/2005, Decreto nº 6.204, de 05/09/2007, publicado no DOU de 05/09/2007, pela Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes e condições previstas neste Edital e seus Anexos e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações pertinentes, em conformidade com a autorização contida no **Processo nº 10580.000426/2017-90**

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada em confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações e localidades descritas no Termo de Referência.

1.1.1 CUSTO ESTIMADO DOS SERVIÇOS

O valor estimado para atender as despesas dos serviços para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 2.166.814,30 (Dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e quatorze reais e trinta centavos).



1.1.2. DA ABERTURA

1.1.2.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do Sistema Eletrônico COMPRASNET (comunicação pela Internet), dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo:

I – DATA DA ABERTURA: **09/11/2017**

II – HORA DA ABERTURA: 11 horas (Horário de Brasília);

III – LOCAL: www.comprasnet.gov.br (Endereço Eletrônico);

IV –UASG: 170075 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda.

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo II e nas condições previstas neste Edital;

2.2. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as licitantes que:

3.1.1. Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.1.2. Atendam as exigências constantes deste Edital e dos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida;

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1. Empresas em processo de falência declarada, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2. Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia suspenso, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.3. Empresas impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e aquelas descredenciadas do Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

3.2.4. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;



3.2.5. Empresas que estejam reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.6. Pessoa Física;

3.2.7. Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

3.2.8. Empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor em exercício na SAMF/BA, ocupantes de cargo de direção, servidores cedidos ou locados à disposição por órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, ou Distrito Federal e dos Municípios ou, ainda, conjugue, companheiro ou parente até o terceiro grau; e

3.2.9. Os familiares de agente público que esteja investido cargo de comissão ou função de confiança perante o órgão promotor da licitação, conforme vedação prevista no Decreto nº 7.203, de 04 de janeiro de 2010.

4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. As licitantes que enquadrarem nos requisitos de tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a Declaração de Enquadramento como Microempresa – ME, ou Empresa de Pequeno Porte – EPP conforme modelo constante no Anexo V, acompanhada da documentação comprobatória, caso a consulta ao site da Receita Federal não seja suficiente para a comprovação.

4.2. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

4.2.1. No caso de microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

4.2.2. No caso da empresa pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

4.3. Nos termos do § 1º, do art. 3º, da LC nº 123/2006, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.



4.4. No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite de valor para fins de enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses (§ 2º, do art. 3º, da LC nº 123/2006).

4.5. Para fins de determinação da receita bruta auferida, poderá ser considerado o regime de competência ou de caixa, mantido o critério para todo o ano-calendário (art.4º, § 2º, da Instrução Normativa SRF nº 608, de 9 de janeiro de 2006).

4.6. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na LC nº 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (§ 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006).

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede exterior;

4.6.3. De cujo capital participe pessoa jurídica que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º daquela norma;

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º daquela norma;

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º daquela norma;

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;



4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7. O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados (§ 3º, do art. 3º, da LC nº 123/2006).

4.8. Assim que solicitado pelo Pregoeiro, deverão, os Licitantes que se enquadrarem no tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, enviar a Declaração de Enquadramento como Microempresa – ME, ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (Anexo V) e a documentação comprobatória.

4.9. Caso não haja empresas que se declarem enquadradas como Microempresa – ME, ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, o Pregoeiro procederá de imediato à fase de recebimento das propostas e formulação de lances.

4.10. Todos os licitantes terão acesso à documentação apresentada, se assim o desejarem.

4.11. Em não sendo possível analisar toda a documentação, a sessão será suspensa e o Pregoeiro designará nova data para divulgação das empresas que foram qualificadas como ME ou EPP.

4.12. Da decisão que reconhecer a qualidade de ME ou EPP às empresas que se declararem enquadradas pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, caberá recurso, a ser interposto de acordo com o rito previsto no art. 26, do Decreto nº 5.450/2005.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005), no site: www.comprasnet.gov.br

5.2. O credenciamento do Licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, (§ 6º, art. 3º do Decreto 5.450/2005).

5.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor



do sistema ou a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º do decreto 5.450/2005).

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (inciso III, art. 13, decreto 5.450/2005).

6.2. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inciso IV, art. 13º decreto 5.450/2005).

6.3. A participação do Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço com valor unitário e total de cada item cotado.

6.3.1. A habilitação e as propostas deverão ser enviadas do momento da divulgação do Edital no endereço eletrônico até a data e hora marcadas para abertura da sessão e são permitidas alterações neste mesmo prazo, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (§ 1º e caput do Art. 21, do decreto 5.450/2005).

6.4. Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (§ 2º, do art. 21, do Decreto nº 5.450/2005).

6.5. A Proposta de Preços, Anexo VII do Edital, deverá ser formulada contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado e enviada como anexo, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), contendo os seguintes dados:

6.5.1. Ser apresentada, por item, em original, em papel timbrado da licitante ou apenas identificada com nome ou sua razão social, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em Real;

6.5.2. Prazo de validade da proposta, não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da abertura deste Pregão;

6.5.3. O prazo para entrega do material conforme Termo de Referência (Anexo I) a contar da data do recebimento do pedido;



6.5.4. Especificação e características detalhadas do material cotado, bem como: nome do fabricante, marca, modelo, cor, espessura, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifique o material;

6.5.4.1. Além da especificação e característica do material, o licitante deverá indicar o valor unitário e total, por item, e o valor total da proposta, todos expressos numericamente e por extenso, já incluídas, discriminadamente, todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas e impostos, dentre outras, com cotações em moeda corrente nacional que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta aquisição.

6.5.5. Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

6.5.6. Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão;

6.5.7. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

6.5.8. Assinatura do responsável e do representante legal da empresa na proposta, bem como a identificação de seu nome abaixo da assinatura;

6.5.8.1. A não identificação do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento.

6.5.9. Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega do material ofertado;

6.5.10. O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

6.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.7. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.8. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



6.9. A licitante que não encaminhar o ANEXO VII do Edital, pelo sistema eletrônico ou encaminhar incorretamente, terá sua cotação desconsiderada para efeito de julgamento, sendo convocada à proposta subsequente.

6.10. O material ofertado deverá ser original de fábrica, não se admitindo em hipótese alguns produtos recondicionados, remanufaturados e/ou reciclados.

6.11. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.12. As empresas classificadas deverão apresentar a seguinte documentação complementar junto a proposta de preços:

a) Certificado FCS (Forest Stewardship Council – Conselho de Manejo Florestal “Selo Verde”) em nome fabricante ou do fornecedor de matéria-prima, junto a declaração da origem do fornecimento (do fabricante ou do fornecedor de matéria-prima) no caso do certificado FCS não estar em nome do licitante, considerando o disposto no art. 1º e art. 4º inciso IX da Instrução Normativa nº. 01/2010 MPOG/SLTI;

b) Declaração de assistência técnica, durante o período de garantia (mínima de 5 anos), no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas após a reclamação do defeito, através de reparo ou troca do produto, indicando a empresa responsável na região do órgão, junto a “carta de aceitação de assistência técnica” emitida pela empresa que foi indicada. **No caso de troca do produto, ela deverá ocorrer em até 20 dias após a constatação da necessidade da troca.**

A não apresentação ou a apresentação em desconformidade com as especificações e características exigidas neste Edital implicará na desclassificação da proposta.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital e, em conformidade com o **subitem 5.3**, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico nº xx/2017, com a divulgação das propostas de preços recebidas conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, publicado no D.O.U. de 01 de junho de 2005.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES



8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento aleatório, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes. Findo o prazo, automaticamente, será encerrada a recepção de lances.

8.7. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

8.8. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

8.8.1. A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



8.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

9. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

9.2. O julgamento das propostas será efetuado por **Menor Preço global**.

9.3. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se à da seguinte forma:

9.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

9.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da sub condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definido e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no art. 44, da Lei Complementar c123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.6. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.7. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte.

9.8. No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, adotar-se-ão os critérios definidos no parágrafo 2º, do art. 45º, da Lei nº 8.666/93, com as modificações decorrentes da Emenda Constitucional nº 06 de 15.8.95.

9.9. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

9.10. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.11. A proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado e toda a documentação de habilitação deverão ser formuladas e apresentadas pela(s) empresa(s) convocada(s), após a solicitação do pregoeiro pelo chat, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, via sistema COMPRASSNET, com posterior envio do original ou cópia autenticada, no prazo



máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contadas a partir da fase de aceite, com o preço unitário e total atualizados, para o seguinte endereço:

SETOR DE SUPRIMENTOS/SISUP
PREGÃO ELETRÔNICO 19/2017
PROPOSTA DE PREÇOS
AV JEQUITAIA S/N EDF.SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA –
SALA 102 – BAIRRO: COMÉRCIO – CEP:40.015.902

9.12. A proposta deverá estar redigida em língua portuguesa, sem emendas, entrelinhas ou rasuras que comprometam a sua essência, devidamente assinada na última folha e rubricada nas demais e, ainda, conter:

9.12.1. Declaração de prazo de validade, não inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de apresentação, em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo estabelecido;

9.12.2. Constar razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, fax, banco, agência e nº da conta-corrente onde deseja receber seus créditos;

9.12.3. Declaração de fornecimento do objeto, de acordo com o estipulado no edital e seus anexos;

9.12.4. Deverá constar, planilha de preços preenchida com valor unitário e total, em moeda nacional, com duas casas decimais após a vírgula, em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e em caso de divergência entre as formas apresentadas, serão consideradas, exclusivamente, a importância escrita por extenso, tudo em conformidade com o “MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL”, ANEXO VII;

9.12.5. Declaração de que o preço ofertado engloba todo o material oferecido, bem como as despesas dos serviços necessários, com todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação;

9.12.6. Conter as especificações do objeto oferecido de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, citando marca, modelo e outros elementos que permitam facilitar o julgamento, bem como indicar o prazo de entrega do material;

9.12.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.13. A apresentação da proposta comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas no art. 81, combinado com o art. 87, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, combinados com o art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

9.14. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que:

a) Contenha vícios ou ilegalidades;

b) Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência (Anexo I);

c) Apresente preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste edital;

c.1) Somente em condição especial, devidamente justificada em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os preços unitários cotados exceder os limites que trata este subitem;



- d) Apresentar preços que sejam manifestadamente inexequíveis;
 - e) Não vier a comprovar sua inexequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada;
 - f) Identifique a licitante.
- 9.14.1.** Consideram-se preços manifestadamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;
- 9.14.2.** A inexequibilidade dos valores referentes aos itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta;
- 9.14.3.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do Artigo 43 da Lei 8.666/93 para efeito de comprovação de sua inexequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 9.14.3.1.** Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovação em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - 9.14.3.2.** Pesquisa em outros órgãos públicos ou empresas privadas;
 - 9.14.3.3.** Verificação de outros contratos que os proponentes mantenham com a Administração pública ou com a iniciativa privada;
 - 9.14.3.4.** Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
 - 9.14.3.5.** Consultas às secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual, ou Municipal;
 - 9.14.3.6.** Estudos setoriais;
 - 9.14.3.7.** Análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
 - 9.14.3.8.** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 9.14.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.14.5.** Especificação do objeto.
- 9.14.6.** As empresas classificadas deverão apresentar a seguinte documentação complementar junto com a proposta de preços;
- a) Certificado FCS (Forest Stewardship Council – Conselho de Manejo Florestal “Selo Verde”) em nome fabricante ou do fornecedor de matéria-prima, junto a declaração da origem do fornecimento (do fabricante ou do fornecedor de matéria-prima) no caso do certificado FCS não estar em nome do licitante, considerando o disposto no art. 1º e art. 4º inciso IX da Instrução Normativa nº. 01/2010 MPOG/SLTI;
 - b) Declaração de assistência técnica, durante o período de garantia (mínima de 5 anos), no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas após a reclamação do defeito, através de reparo ou troca do produto, indicando a empresa responsável na região do órgão, junto a “carta de aceitação de assistência técnica” emitida pela empresa que foi indicada. No caso de troca do produto, ela deverá ocorrer em até 20 dias após a constatação da necessidade da troca. A não apresentação ou a apresentação em desconformidade com as especificações e características exigidas neste Edital implicará na desclassificação da proposta.

10. DA HABILITAÇÃO



Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

10.1. Habilitação jurídica, que será comprovada mediante:

10.1.1. Registro comercial, em se tratando de empresa individual;

10.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, nos quais deverão estar contemplados, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto desta licitação;

10.1.3. Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento original de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada;

10.1.4. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, em se tratando de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2. Regularidade fiscal, também da filial, na hipótese da filial participar do certame, que será comprovada mediante:

10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

10.2.3.1. Certidão unificada de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal, instituída pela Portaria MF nº 358, de 05/09/2014;

10.2.3.2. Certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda.

10.2.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

10.2.4.1. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

10.2.4.2. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.

10.2.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (Art. 27, alínea “a”, Lei nº. 8.036. de 11/05/90) através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

10.2.6. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, poderá o Pregoeiro proceder à consulta na Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da Internet, para verificação de sua regularidade.



10.2.7. Caso a empresa licitante não apresente a CND, poderá o Pregoeiro proceder a consulta a Base de dados da Previdência, através da Internet para verificação de sua regularidade, na forma da OS do INSS nº 207, de 8 de abril de 1999.

10.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943.

10.3. Qualificação econômica e financeira, que será comprovada mediante:

10.3.1. Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

10.3.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

10.3.3. Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão;

10.3.4. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

10.3.5. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

10.3.5.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) Superiores a 1;

10.3.5.2. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

10.3.5.3. Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

10.3.5.4. Patrimônio Líquido superior a 1/12 (uns doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

10.3.6. Casos o valor total constante na declaração de que trata a Condição 10.3.3 apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o Pregoeiro diligenciará a licitante para apresentar as devidas justificativas.

10.3.7. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

10.3.7.1. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste **Pregão**, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.

10.4. Qualificação técnico-operacional:

10.4.1. Cópia (s) de contrato (s) vigente (s) e em execução, na data de publicação deste Pregão, comprovando que a licitante gerencia, no mínimo, 3 (três) empregados (terceirizados) no âmbito de sua atividade econômica, especificada no seu contrato social, registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;



10.4.2. Cópia (s) de contrato (s), atestado (s), declaração (os) ou outros documentos idôneos que comprove (m) que a licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, compatíveis com o objeto ora licitado.

10.4.3. Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

10.5. Qualificação Técnica:

10.5.1. Atestado de capacidade técnica, ao menos um, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove o fornecimento dos materiais de natureza e vulto compatíveis com o objeto por este licitado.

10.5.2. Para atendimento à qualificação técnico-operacional:

a) Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove atividade relacionada com o objeto;

Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado (artigo 30, inciso II, Lei n.º 8666/93), ou seja, execução de **Serviço de instalação de divisória**, conforme Caderno de Especificações deste Termo de Referência.

Será aceito o somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE, desde que estes, no conjunto, comprovem a execução dos serviços especificados no subitem anterior, em quantidade mínima de 50% da área total do objeto deste termo de referência para cada lote ofertado.

b) Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução do serviço de instalação de divisória piso-teto de acordo com Caderno de Especificações.

c) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

d) Fornecer declaração formal indicando o nome, CPF, n.º do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação (Anexo III).



e) Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013).

10.6. Disposições gerais sobre habilitação:

10.6.1. Os licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:

10.6.1.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;

10.6.1.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

10.6.1.3. Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;

10.6.1.4. Atendimento, quando for o caso, dos requisitos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.

10.7. Os licitantes devem apresentar, OBRIGATORIAMENTE, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Anexo VI deste Edital e de acordo com a Instrução Normativa nº 02, de 16 de setembro de 2009 da Secretária de Logística e de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10.8. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, desde que estejam com sua habilitação parcial válida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados via sistema COMPRASNET, após solicitação do pregoeiro.

10.10. Os documentos exigidos para a habilitação deverão ser apresentados pelos licitantes, junto a proposta, no sítio do COMPRASNET, no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **72 (setenta e duas) horas** após o aceite da proposta, no seguinte endereço:

SETOR DE SUPRIMENTOS/SISUP
PREGÃO ELETRÔNICO 19/2017
PROPOSTA DE PREÇOS

AV JEQUITAIA S/N EDF.SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA –
SALA 102 – BAIRRO: COMÉRCIO – CEP:40.015.902



10.11. Para fins de habilitação, a verificação pela SAMF/BA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.12. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

11.DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Qualquer pessoa poderá impugnar termos do presente Edital, exclusivamente por via correio eletrônico pregoeiro.ba.samf@fazenda.gov.br em até **dois dias úteis** antes da data fixada para a realização do Pregão, cabendo ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;

11.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente pelo endereço eletrônico pregoeiro.ba.samf@fazenda.gov.br, em até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.2.1. Não serão reconhecidas impugnações e/ou esclarecimentos, não obedecidos aos subitens 11.1 e 11.2;

11.2.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de até **trinta minutos**, durante o qual, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A manifestação deve especificar o fato que justifica a alegação de inexecutabilidade da proposta, de não-atendimento de requisito de habilitação, ou de outra causa que impõe a revisão do ato que declarou o vencedor do certame.

12.3. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

12.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.5. OS RECURSOS DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS PELOS LICITANTES NO SÍTIO COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br).

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará a decadência do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



12.8. Será franqueada aos licitantes, mediante solicitação por escrito, vista dos autos do processo no Edifício sede da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia / SISUP/DRL sala 102 – 1º andar. CEP: 40.015.902 – Bairro: Comércio. Salvador/BA

13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Serão incluídos, na respectiva ata de registro de preços, respeitada a ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar os objetos com preços iguais ao do fornecedor vencedor, e cumpram com as demais exigências previstas no Edital e seus anexos, inclusive quanto à aprovação dos produtos a serem entregues.

13.2. O registro de preços tem o objetivo de formar cadastro de reserva, nas hipóteses de cancelamento de registro do primeiro colocado da ata, nos casos previstos nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

13.3. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a SAMF/BA convocará os fornecedores classificados, de acordo com o subitem 13.1, para, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, com validade 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 13, do Decreto nº 7.892/2013.

13.3.1. Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, conforme disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.522, de 19.07.2002.

13.4. O prazo previsto no subitem 13.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SAMF/BA.

13.5. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.6. Em não comparecendo, tempestivamente, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante convocado decairá do seu direito à contratação, conforme preceitua o Art. 4º, incisos XXII e XXIII, da Lei nº 10.520/2002, e o § 1º, do Art. 27, do Decreto nº 5.450/2005, incorrendo, ainda, nas sanções legalmente estabelecidas, de acordo com o parágrafo único do art. 14 do decreto 7.892/2013.

14. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

14.1. Registra sua intenção de registro de preços no portal de Compras do Governo Federal;

14.2. Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

14.3. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;



14.4. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas no §§ 2º e 3º do Art. 6º do decreto 7.892/2013;

14.5. Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e Termo de Referência;

14.6. Realizar procedimento licitatório;

14.7. Gerenciar a ata de registro de preços;

14.8. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

14.9. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

14.10. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactual na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações; e Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão participante.

15. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços do presente Edital serão executados nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados conforme abaixo discriminado:

15.1.1. Os serviços do presente Termo de Referência serão executados nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados abaixo relacionados:

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302

Superintendência do Patrimônio da União – Rua da Polônia Edf. Orlando Gomes Bairro Comércio – CEP: 40.015-150 – Salvador

Controladoria Geral da União – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015-302 – Salvador

Escola de Administração Fazendária Salvador – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302 – Salvador

Procuradoria da Fazenda Nacional em Salvador – Avenida Araújo Pinho nº 91 – Bairro: Canela – CEP: 40.110-150 - Salvador

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Feira de Santana – Avenida Getúlio Vargas nº 2440 – CEP: 44.076-636 – Feira de Santana



Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ilhéus na Bahia – Rua General Camara nº 53 – CEP: 45.653-220 – Ilhéus/BA;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Barreiras/BA – Rua Alberto Coimbra nº 475 – CEP: 47.083-240 – Barreiras/Ba;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Vitória da Conquista na Bahia – Rua Pastor Arthur de Souza Freire nº 750 Quadra E – CEP: 45.028-738 – Vitória da Conquista;

15.2. O prazo de entrega e instalação das divisórias, objeto do presente Edital, será no máximo **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados da data da assinatura do instrumento contratual a ser firmado, observando à imperfeição dos materiais e quantidades, conforme especificações técnicas do objeto – havendo necessidade de extensão do prazo, deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia.

15.3. A empresa contratada deverá comunicar – por escrito – com, no mínimo, **05 (cinco) dias úteis** de antecedência, o cronograma dos serviços. O cronograma deverá constar a data da entrega do material e a data da efetiva prestação do serviço. Tal medida visa proporcionar à unidade da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados tempo para adaptar o ambiente a ser alterado, como por exemplo, suspensão de atendimento ou desocupação da área atingida pelo serviço. A Empresa Contratada deverá, obrigatoriamente, proceder a entrega do material e o serviço, imediatamente. Não sendo possível, a Contratada deverá justificar, na ocasião do enviado do cronograma.

15.4. Uma vez iniciada a instalação ou desinstalação do material, não será aceita qualquer tipo de descontinuidade do serviço. Havendo necessidade de suspensão da prestação do serviço, a empresa deverá reportar imediatamente ao fiscal do contrato, justificando tal medida. A suspensão somente será efetivada após aprovação do fiscal.

16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. As quantidades inicialmente contratadas não poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme estabelece o art. 12§ 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Deverá realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, em conformidade a cada solicitação, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas, e providenciar um projeto executivo para sua plena realização;

17.2. Fornecer e instalar os materiais nas condições estipuladas no Termo de Referência (Anexo I);



17.3. Constatada qualquer irregularidade no material, bem como na instalação, deverá ser providenciada a substituição no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega/instalação;

17.4. Caberá à empresa contratada a designação formal de um preposto para representá-la administrativamente junto à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

17.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

17.6. Fornecer os materiais em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência;

17.7. Possibilitar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a sua qualquer solicitação;

17.8. Quando se fizer necessário à mudança nas especificações dos materiais ou substituição de algum material por seu equivalente por iniciativa da empresa fornecedora, esta deverá apresentar solicitação por escrito à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, minuciosamente justificada. Entende-se por equivalente, material ou equipamento que tem a função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venham a prejudicar o andamento dos serviços, como também, para não dar causa a possíveis prorrogações de prazo. À fiscalização compete decidir a respeito da substituição;

17.9. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de carácter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia.

17.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, objeto do Edital, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

17.11. Substituir, sempre que exigida pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou satisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;

17.12. Manter seus empregados, quando em trabalho, devidamente identificados por uniformes e crachás da empresa, e sujeitos às normas disciplinares da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e de segurança do trabalho;

17.13. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da contratada;

17.14. Os horários de execução dos serviços ficarão a exclusivo critério da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer aos critérios estabelecidos, de modo a não interferirem no



andamento dos trabalhos da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e de seus Órgãos Jurisdicionados, podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;

17.15. Responder pelos danos causados diretamente à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, a seus Órgãos Jurisdicionados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia;

17.16. Executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

17.17. Atender às recomendações dos fabricantes, obedecer às normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assuntos;

17.18. A empresa fornecedora deverá executar o serviço seguindo rigorosamente projeto (layout) apresentado pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda, sendo obrigação da empresa contratada notificação quanto às eventuais incorreções;

17.19. Emitir orçamento prévio para cada ordem de serviço recebida, e somente poderá iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia;

17.20. A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços emitidas à empresa contratada, as quais somente serão liberadas para faturamento após a entrega e aceitação dos mesmos, isto é, concernentes às especificações estabelecidas e qualidade dos materiais empregados, não se admitindo pagamento antecipado, mas somente dos serviços efetivamente executados; e

17.21. A empresa fornecedora dos materiais deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços.

17.22. A Licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta de preços ajustadas os documentos relacionados abaixo:

17.22.1. De c l a r a ç ã o s de isenção de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante; ou

17.22.2. Licença Ambiental de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Edital, inclusive permitindo que os funcionários desta tenham acesso às dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, observadas as normas de segurança existentes;

18.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;



18.3. Cabe à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia a exigência do uso dos equipamentos de proteção individuais necessários pelos empregados da empresa contratada, sob pena de determinar a paralisação imediata dos serviços;

18.4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

18.5. Notificar, por escrito, a empresa fornecedora dos materiais ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de entrega para a sua regularização; e

18.6. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais pela empresa fornecedora dos materiais.

19. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

19.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

19.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

19.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO PROPONENTE

20.1. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

20.1.1. A pedido, quando:

20.1.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

20.1.1.2. A Contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste tornar-se superior àqueles praticados no mercado.

20.1.2. Por iniciativa da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, quando:

20.1.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

20.1.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

20.1.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;



20.1.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.2. Em quaisquer das hipóteses acima, concluído o processo, a SAMF/BA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

21. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Contratante:

21.1.1. Automaticamente:

21.1.1.1. Por decurso de prazo de vigência;

21.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;

21.1.1.3. Pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, quando caracterizado o interesse público.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada por servidor designado, devendo ser respeitado o prazo de 5 (cinco) dias, conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, seguindo as etapas descritas no Edital;

22.2. O Contrato a ser firmado não terá valor fixo mensal. Somente terá despesa se houver emissão de ordem de serviço;

22.3. A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia reserva-se o direito de suspender o pagamento se os fornecimentos e os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes no presente Edital e seus anexos, salvo se for autorizada por autoridade competente especificação similar, conforme consta mencionado no subitem 8.8.

22.4. A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa, nos termos desta contratação.

22.5. O prazo de pagamento dos serviços será contado a partir da data da liquidação da Unidade.

22.6. Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, se o caso, em nome da SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA – SAMF/BA, CNPJ nº 00.394.460/0006-56, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

22.7. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

22.8. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento fiscal será devolvido ao contratado e o pagamento ficará pendente até que



tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia.

22.9. O pagamento somente será efetuado se cumpridas, pelo contratado, todas as condições estabelecidas neste Edital, e também com a efetiva entrega dos bens móveis.

22.10. É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço mensal bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes.

22.11. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

22.12. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Edital correrão pelo orçamento da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia no exercício de 2017.

24. DA FORMALIZAÇÃO

24.1. Será formalizado Ata de Registro de Preços com validade de 01 (hum) ano estabelecendo em suas cláusulas as condições necessárias para a aquisição dos materiais apresentados no Termo de Referência, bem como os direitos e obrigações das partes, de acordo com os normativos vigentes.

25. DOS LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

25.1. Os bens móveis deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia da União (anexo II do Termo de



Referência), no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias** corridos contados da data da assinatura do instrumento contratual a ser firmado, observando a imperfeição dos materiais e quantidades, conforme especificações técnicas do objeto – havendo necessidade de extensão do prazo, deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia.

26. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AOS LICITANTES e ADJUDICATÁRIAS

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária, que:

26.1.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

26.1.2. Apresentar documentação falsa;

26.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

26.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

26.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

26.1.6. Cometer fraude fiscal;

26.1.7. Fizer declaração falsa;

26.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

26.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

26.2.1. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

26.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

26.2.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que:

26.3.1. Inexecução total ou parcialmente o contrato;

26.3.2. Apresentar documentação falsa;

26.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

26.3.4. Cometer fraude fiscal;

26.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, ou no Contrato.

26.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

26.4.1. Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

26.4.2. Multa:

a) De 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação oficial;



b) De até 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto Contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização pelos prejuízos porventura causados ao Contratante pela não execução parcial ou total do Contrato.

26.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, pelo prazo de até dois anos;

26.4.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

26.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

26.4.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

26.6.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

26.7.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

26.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por Aviso de Recebimento.

26.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

26.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e será anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.



27.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

27.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SAMF/BA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.5. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

27.6. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.7. A licitação não implica proposta de contrato por parte da SAMF/BA. Até a entrega da Nota de Empenho, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a SAMF/BA tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

27.8. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

27.9. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

28. DO FORO

28.1. O foro da Justiça Federal da cidade de Salvador-BA é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

Salvador-BA, 24/10/2017.

Etevaldo Inácio Oliveira Carneiro
Superintendente SAMF/BA



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2017

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de preços para contratação de empresa especializada em confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações e localidades descritas no Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

O crescimento do número de atividades desenvolvidas tem ocasionado aumento de demanda nas atividades administrativas exigindo a criação de novos espaços, bem como a necessidade de reestruturação do layout de alguns ambientes de trabalho no edifício-sede do ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados.

A contratação do serviço visa viabilizar os projetos de adequação e modernização das instalações das edificações, concebidos com o propósito de proporcionar maior comodidade, funcionalidade aos servidores e usuários;

Considerando que a adequação dos ambientes de trabalho é dinâmica, tendo em vista o ingresso de novos servidores além do redimensionamento de áreas às demandas administrativas.

Pelo exposto considera-se necessário a instalação de divisórias com fito de dotar os espaços de flexibilidade no atendimento das demandas de acordo com o funcionamento da instituição.

As especificações e quantitativos que consubstanciam o referido Termo de Referência foram coletados no mercado após visitas de empresas especializadas no local, considerando a especificidade do objeto, além da ausência dos serviços em tabelas oficiais de custos.

3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

A execução dos serviços compreende:

3.1. Auxílio na elaboração dos projetos, confecção, instalação, desmontagem, remanejamento e manutenção de divisórias, incluindo os materiais necessários para a execução dos serviços.



3.2. Todos os componentes para execução dos serviços deverão ser de alta durabilidade e resistência, atendendo perfeitamente às exigências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, bem como de fácil remanejamento, podendo ser removido a qualquer a qualquer tempo, inclusive mantendo as características das divisórias objetos dos contratos pretéritos;

3.3 A licitante deverá providenciar a desmontagem das divisórias independentemente da qualidade, marca ou se foi instalada por outrem.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS

4.1. A empresa fornecedora dos materiais deverá seguir as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do presente Termo de Referência;

4.2 A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta de preços ajustada os documentos relacionados abaixo:

4.2.1. Certificados de Conformidade com a NBR 15.141 e NBR 13964:2003 emitidos pela ABNT.

4.2.2. Declaração de isenção de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante; ou

4.2.3. Licença Ambiental de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

4.3. Os materiais especificados neste Termo de Referência não excluem outros que, porventura, se façam necessários à boa execução dos serviços, obrigando-se a empresa contratada, executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações;

4.4. As especificações dos materiais servem de base exclusiva em relação aos tipos e definição técnica a serem usados no local dos serviços e modo de instalação;

4.5. Cabe à empresa fornecedora avisar por escrito, após verificação das especificações constantes neste Termo de Referência, todos os erros incoerências ou divergências que possam ser levantadas através destas especificações, para que se tomem as devidas providências, não aceitando, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe.

5. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

5.1. Os quantitativos previstos abaixo são estimados, não havendo obrigação por parte da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia de sua execução na totalidade, devendo ser executados e entregues gradativamente, conforme o pedido efetuado por ordem de serviço, expedida à empresa fornecedora dos materiais pelo gestor do Contrato;



5.2. Os quantitativos abaixo servirão de base às empresas licitantes na formulação de sua proposta, devendo identificar os preços unitários, bem como o preço total para elaboração dos serviços, conforme consta abaixo:

LOTE 01			
Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória cego do piso-teto com espessura de 75 mm a 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm. Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 15 mm, bordas em fita de PVC de 1 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt. Distanciamento entre placas de 8 mm (horizontal e vertical). Painéis com placas de saque frontal individual, fixado por um sistema de clipe por pressão. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques macho em aço 1020 zincado aparafusados nas placas e encaixados através de cliques fêmea aço mola. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <p>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</p> <p>– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT</p> <p>– Laudo de ensaio de acústica 44Db</p>	M2	300



02	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória cego do piso-teto com espessura de 75 a 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm. Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 15 mm, bordas em fita de PVC de 1 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt. Distanciamento entre placas de 8 mm (horizontal e vertical). Painéis com placas de saque frontal individual, fixado por um sistema de clipe por pressão. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques macho em aço 1020 zincado aparafusados nas placas e encaixados através de cliques fêmea aço mola. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none">– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT– Laudo de ensaio de acústica para linha 46Db	M2	240
03	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória vidro total único do piso-teto com espessura de 75 mm a 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulado na dimensão de 900 a 1200 mm. O quadro de vidro é composto pela moldura com a dimensão de 27x37mm com corte em 45° e unido por esquadro com parafuso de 4 mm x 6 mm de compri-</p>	M2	



	<p>mento, formando um perímetro uniforme com cantos a 90°. Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um sistema de clipe por pressão. O quadro de vidro é composto por dois tipos de moldura arredondadas, uma que recebe o vidro tem a dimensão de 43 mm x 29 mm e a outra de acabamento tem a dimensão de 33 mm x 29 mm ambas em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com corte de 45° e unido por esquadro de união em aço. Será considerado um quadro para face envidraçada e outro para moldura sem vidro como capa de acabamento para encaixe no montante e acomodação no outro quadro formando o sistema macho e fêmea, ficando vidro centralizado no painel de fechamento. A fixação dos quadros de vidro nos montantes é através de cliques macho em aço 1020 zincado aparafusados nas placas e encaixados através de cliques fêmea aço mola. Os vidros incolor de 6 mm de espessura laminado de segurança (3 mm+PVB+3 mm). Para fixação do vidro é utilizado um perfil de EVA, em torno de toda sua extensão, fixado na canaleta da moldura.</p> <p>Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none">– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT– Laudo de ensaio de acústica 44Db		260
04	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória vidro total duplo do piso-teto com espessura de 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulado na dimensão de 900 a 1200 mm. O quadro	M2	



	<p>de vidro é composto pela moldura com a dimensão de 27x37mm com corte em 45° e unido por esquadro com parafuso de 4 mm x 6 mm de comprimento, formando um perímetro uniforme com cantos a 90°. Terá espaçamento entre painéis para entrada da persiana de alumínio 16 mm com encabeçamento interno acionado através de um comando giratório fixado no montante vertical entre um módulo e outro. Seu perfil deve possuir rebaixo central, tendo a função do berço para acomodação das persianas. O saque de cada quadro será individual. Os vidros incolor de 6 mm de espessura laminado de segurança (3 mm+PVB+3 mm). Para fixação do vidro é utilizado um perfil de EVA, em torno de toda sua extensão, fixado na canaleta da moldura. A fixação dos painéis e quadro de vidro nos montantes é através de cliques macho em aço 1020 zincado aparafusados nas placas e encaixados através de cliques fêmea aço mola. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso-teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. Distanciamento entre placas de 8 mm. Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um sistema de clipe por pressão. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none">– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT– Laudo de ensaio de acústica para linha 46Db		280
05	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória 1/2 cego 1/2 vidro único com requadro de alumínio e bandeira cega até o teto, com espessura de 75 mm a 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm e altura de 2700 mm.	M2	



	<p>Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 15 mm, bordas em fita de PVC de 1 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt. Distanciamento entre placas de 8 mm. Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um sistema de clipe por pressão. O quadro de vidro é composto por dois tipos de moldura arredondadas, uma que recebe o vidro tem a dimensão de 43 mm x 29 mm e a outra de acabamento tem a dimensão de 33 mm x 29 mm ambas em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com corte de 45° e unido por esquadro de união em aço. Será considerado um quadro para face envidraçada e outro para moldura sem vidro como capa de acabamento para encaixe no montante e acomodação no outro quadro formando o sistema macho e fêmea, ficando vidro centralizado no painel de fechamento. A fixação dos painéis e quadro de vidro nos montantes é através de cliques macho em aço 1020 zincado aparafusados nas placas e encaixados através de cliques fêmea aço mola. Os vidros incolor de 6 mm de espessura laminado de segurança (3 mm+PVB+3 mm). Para fixação do vidro é utilizado um perfil de EVA, em torno de toda sua extensão, fixado na canaleta da moldura.</p> <p>Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none">– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT– Laudo de ensaio de acústica 44Db		250
06	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória Porta com folha única com 36 mm de espessura, modulado na dimensão de 900 mm de largura e altura de 2700 mm. Batente em perfil de alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com espessura entre 75 mm a 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, espessura de 46 mm máxima de topo, com canal para encaixe de dobradiças permitindo reversão do lado de abertura de porta, acabamento de topo em todo o perímetro em PVC rígido de encaixe sob pressão, folha de porta confeccionada com duas chapas de fibra de</p>	Portas	60



	<p>madeira de média densidade, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 15 mm, prensada na chapa de MDF de 6 mm, com encabeçamento em 1 mm de espessura, em PVC do mesmo acabamento da porta. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. Ferragens com dobradiça em alumínio anodizado, com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente e fixada a ele sobre pressão através de parafusos Allen em aço inoxidável sem perfurar o batente. Fechadura com maçaneta 515 La fonte, com roseta 307 e fechadura (máquina) ST2 Evo-55 com acabamento AEE, e interruptor de 15 amperes bipolar. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <p>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</p> <p>– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT</p> <p>– Laudo de ensaio de acústica 44Db</p>		
07	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para porta com requadro de alumínio vidro único com 36 mm de espessura e altura até 2700 mm, modulado na dimensão de 900 mm largura e altura de 2700 mm. Batente em perfil de alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com espessura de 75 mm a 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, espessura de 46 mm máxima de topo, com canal para encaixe de dobradiças permitindo reversão do lado de abertura de porta, acabamento de topo em todo o perímetro em PVC rígido de encaixe sob pressão, requadro de porta em alumínio medindo 92 mm de largura e 40 mm de espessura em liga de alumínio e tempera de 6063-T5 com três canais para encaixe de vidro na parte interna e compartimentos na parte externa tipo canaleta para acoplamento de dobradiças e acabamento em PVC rígido. Os vidros incolor temperado de 6 mm de espessura. Para fixação do vidro é utilizado um perfil de EVA, em torno de toda sua extensão, fixado na canaleta da moldura. Ferragens com dobradiça em alumínio anodizado, com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente e fixada a ele sobre pressão através de parafusos Allen em aço inoxidável sem perfurar o batente. Fechadura com maçaneta 515 La fonte, com roseta 307 e fechadura (máquina) ST2 Evo-55 com acabamento AEE e interruptor de 15 amperes bipolar. Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um</p>	M2	40



	<p>sistema de clipe por pressão. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none">– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT		
08	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória 1/2 cego 1/2 vidro duplo com persiana até o teto, com espessura de 75 mm a 90 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm e altura de 2700 mm. Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 15 mm, bordas em fita de PVC de 1 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt. Distanciamento entre placas de 8 mm (horizontal e vertical). Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um sistema de clipe por pressão.</p> <p>O quadro de vidro é composto pela moldura com a dimensão de 27x37mm com corte em 45° e unido por esquadro com parafuso de 4 mm x 6 mm de comprimento, formando um perímetro uniforme com cantos a 90°. Terá espaçamento entre painéis para entrada da persiana de alumínio 16 mm com encabeçamento interno acionado através de um comando giratório fixado no montante vertical entre um módulo e outro. Seu perfil deve possuir rebaixo central, tendo a função</p>	M2	100



	<p>do berço para acomodação das persianas. Os vidros incolor de 6 mm de espessura laminado de segurança (3 mm+PVB+3 mm). Para fixação do vidro é utilizado um perfil de EVA, em torno de toda sua extensão, fixado na canaleta da moldura. A fixação dos painéis e quadro de vidro nos montantes é através de cliques macho em aço 1020 zincado aparafusados nas placas e encaixados através de cliques fêmea aço mola. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 42 mm x 30 mm de altura e parede de 1,3 mm de espessura. E guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 45 mm de largura e 50 mm de altura, parede de 1,5 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none">– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)– Selo FSC ou Rótulo Ecológico ABNT– Laudo de ensaio de acústica 44Db		
09	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para Lã de Rocha, fornecimento de Painéis para tratamento termoacústico em lã de rocha com resinas especiais 32 kg/m ³ x 25 mm ensacada inserida entre vão interno, apresentam baixa condutividade térmica, conservando energia e garantindo conforto termoacústico.	M2	40
10		M2	



	Serviços de Remanejamento de desmontagem, montagem incluindo cortes de placas e de vidros.		600
11	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para Rodapé Eletificado , Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado, nas mesmas características das divisórias com calhas de teto de 50 mm e de piso com 40 mm com capa de alumínio liga 6063 ts e peso de 0,468 kg ml sobreposto a calha de piso por sistema ancoragem formando 100 mm e com os montantes verticais com 3 furos de 1" para passagem de condutores de cabos, lógica e elétrica. Este sistema pode ser aplicado em uma ou nas duas faces da divisória.	M2	50

6. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços do presente Termo de Referência serão executados nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados abaixo relacionados:

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302

Superintendência do Patrimônio da União – Rua da Polônia Edf. Orlando Gomes Bairro Comércio – CEP: 40.015-150 – Salvador

Controladoria Geral da União – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015-302 – Salvador

Escola de Administração Fazendária Salvador – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302 – Salvador

Procuradoria da Fazenda Nacional em Salvador – Avenida Araújo Pinho nº 91 – Bairro: Canela – CEP: 40.110-150 - Salvador

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Feira de Santana – Avenida Getúlio Vargas nº 2440 – CEP: 44.076-636 – Feira de Santana



Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ilhéus na Bahia – Rua General Câmara nº 53 – CEP: 45.653-220 – Ilhéus/BA;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Barreiras/BA – Rua Alberto Coimbra nº 475 – CEP: 47.083-240 – Barreiras/Ba;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Vitória da Conquista na Bahia – Rua Pastor Arthur de Souza Freire nº 750 Quadra E – CEP: 45.028-738 – Vitória da Conquista;

6.2 O prazo de entrega e instalação das divisórias, objeto do presente Termo de Referência, será no máximo **45 (quarenta e cinco dias) corridos**, contados da data da emissão do Empenho observando à imperfeição dos materiais e quantidades, conforme especificações técnicas do objeto – havendo necessidade de extensão do prazo, deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela Superintendência de Administração do Ministério da fazenda na Bahia.

6.3 A empresa contratada deverá comunicar – por escrito – com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, o cronograma dos serviços. O cronograma deverá constar a data da entrega do material e a data da efetiva prestação do serviço. Tal medida visa proporcionar à unidade da SAMF/BA tempo para adaptar o ambiente a ser alterado, como por exemplo, suspensão de atendimento ou desocupação da área atingida pelo serviço.

6.4 Uma vez iniciada a instalação ou desinstalação do material, não será aceita qualquer tipo de descontinuidade do serviço. Havendo necessidade de suspensão da prestação do serviço, a empresa deverá reportar imediatamente ao fiscal do contrato, justificando tal medida. A suspensão somente será efetivada após aprovação do fiscal.

6.5. O recebimento do objeto acontecerá:

a) Provisoriamente, com recebimento pela Coordenadora de Materiais e Patrimônio, mediante recibo no verso do documento fiscal;

a) Definitivamente, pelo solicitante, que verificará se os requisitos foram cumpridos, para atestar o documento fiscal.

7. CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

As empresas classificadas deverão apresentar a seguinte documentação complementar junto com a proposta de preços;

a) Certificado FCS (Forest Stewardship Council – Conselho de Manejo Florestal “Selo Verde”) em nome fabricante ou do fornecedor de matéria-prima, junto a declaração da origem do fornecimento (do fabricante ou do fornecedor de matéria-prima) no caso do certificado FCS não estar em nome do licitante, considerando o disposto no art. 1º e art. 4º inciso IX da Instrução Normativa nº. 01/2010 MPOG/SLTI;



b) Declaração de assistência técnica, durante o período de garantia (mínima de 5 anos), no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas após a reclamação do defeito, através de reparo ou troca do produto, indicando a empresa responsável na região do órgão, junto a “carta de aceitação de assistência técnica” emitida pela empresa que foi indicada. No caso de troca do produto, ela deverá ocorrer em até 20 dias após a constatação da necessidade da troca.

A não apresentação ou a apresentação em desconformidade com as especificações e características exigidas neste Edital implicará na desclassificação da proposta.

8. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇOS

8.1 O serviço objeto deste Termo de Referência enquadra-se como serviço comum conforme art. 1 da Lei nº. 10.520/2002.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9. HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.1 Para atendimento à qualificação técnico-operacional:

Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove atividade relacionada com o objeto;

Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado (artigo 30, inciso II, Lei n.º 8666/93), ou seja, execução de Serviço de instalação de divisória, conforme Caderno de Especificações deste Termo de Referência. Será aceito o somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE, desde que estes, no conjunto, comprovem a execução dos serviços especificados



no subitem anterior, em quantidade mínima de 50% da área total do objeto deste termo de referência para cada lote ofertado.

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução do serviço de instalação de divisória piso-teto de acordo com Caderno de Especificações.

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame; fornecer declaração formal indicando o nome, CPF, n.º do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.

Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013).

10. AMOSTRA

10.1 Poderá ser exigida dos licitantes amostras e/ou catálogos para aceitação das propostas a título de diligência, com prazo máximo de 10 (dez) dias em se tratando de amostra.



A amostra será apresentada por no mínimo um módulo de 40x 40 cm contendo todas as características, dos principais materiais e componentes que compõem o serviço final a ser executado.

11. DA GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1 A garantia dos serviços será de 05 anos e a assistência técnica deverá ser realizada com representante local há mais de 01 ano, com atestado de capacidade técnica.

12. DA GARANTIA

12.1 O objeto do presente Termo de Referência deverá ter garantia mínima de **12 (doze) meses** concernente aos materiais empregados e serviços executados, contados a partir da entrega definitiva das divisórias, incluindo a instalação, obrigando o fornecedor a substituí-los imediatamente, em um prazo máximo de **20 (vinte) dias**, todo e qualquer material que apresente qualquer avaria, defeito de fabricação ou outra circunstância que os impeçam de produzir a utilidade a que se destinam, salvo se tal condição, comprovadamente, decorrer pelo motivo de gasto ordinário, por abuso, por negligência ou por mau trato.

13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1 Deverá realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, em conformidade a cada solicitação, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas, e providenciar um projeto executivo para sua plena realização;

13.2 Fornecer e instalar os materiais nas condições estipuladas neste Termo de Referência;

13.3 Constatada qualquer irregularidade no material, bem como na instalação, deverá ser providenciada a substituição no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega/instalação;

13.4 Caberá à empresa contratada a designação formal de um preposto para representá-la administrativamente junto à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;



13.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

13.6 Fornecer os materiais em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência;

13.7 Possibilitar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a sua qualquer solicitação;

13.8 Quando se fizer necessário à mudança nas especificações dos materiais ou substituição de algum material por seu equivalente por iniciativa da empresa fornecedora, esta deverá apresentar solicitação por escrito à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, minuciosamente justificada. Entende-se por equivalente, material ou equipamento que tem a função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venham a prejudicar o andamento dos serviços, como também, para não dar causa a possíveis prorrogações de prazo. À fiscalização compete decidir a respeito da substituição;

13.9 Comunicar imediatamente, por escrito, eventual atraso ou anormalidade, prestando os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar a paralisação dos serviços (caso haja), apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela Superintendência de Administração do ministério da Fazenda na Bahia.

13.10 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

13.11 Substituir, sempre que exigida pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou satisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;



13.12 Manter seus empregados, quando em trabalho, devidamente identificados por uniformes e crachás da empresa, e sujeitos às normas disciplinares da SAMF/BA e de segurança do trabalho;

13.13 Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da contratada;

13.14 Os horários de execução dos serviços ficarão a exclusivo critério da SAMF/BA, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer aos critérios estabelecidos, de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos da SAMF/BA e de seus Órgãos Jurisdicionados, podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;

13.15 Responder pelos danos causados diretamente à SAMF/BA e seus Órgãos Jurisdicionados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia;

13.16 Executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da SAMF/BA. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

13.17 Atender às recomendações dos fabricantes, obedecer às normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assuntos;

13.18 A empresa fornecedora deverá executar o serviço seguindo rigorosamente projeto (*layout*) apresentado pela SAMF/BA, sendo obrigação da empresa contratada notificação quanto às eventuais incorreções;

13.19 Emitir orçamento prévio para cada ordem de serviço recebida, e somente poderá iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela SAMF/BA;



13.20 A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços emitidas à empresa contratada, as quais somente serão liberadas para faturamento após a entrega e aceitação dos mesmos, isto é, concernentes às especificações estabelecidas e qualidade dos materiais empregados, não se admitindo pagamento antecipado, mas somente dos serviços efetivamente executados; e

13.21 A empresa fornecedora dos materiais deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços.

14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

14.1 Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive permitindo que os funcionários desta tenham acesso às dependências da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, observadas as normas de segurança existentes;

14.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;

14.3 Cabe à SAMF/BA, por meio de um servidor designado pela unidade demandante para acompanhamento dos serviços, a exigência do uso dos equipamentos de proteção individuais necessários pelos empregados da empresa contratada, sob pena de determinar a paralisação imediata dos serviços;

14.4 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

14.5 Notificar, por escrito, a empresa fornecedora dos materiais, ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de entrega para a sua regularização; e

14.6 Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais pela empresa fornecedora dos materiais.

15. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO



15.1 A supervisão e controle da prestação dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento;

15.2 A SAMF/BA comunicará à fornecedora dos materiais, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos mesmos, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

15.3 À fiscalização se reserva o direito de impugnar os serviços que não forem feitos a contento, ficando a empresa contratada obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para a SAMF/BA.

16. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

16.1 A estimativa do custo total para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência será de **R\$ 2.166.814,30 (Dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e quatorze reais e trinta centavos)** obtida, mediante pesquisa de preços, realizada pelo Setor de Suprimentos – SISUP/DRL/SAMF/BA.

17. DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada por servidor designado, devendo ser respeitado o prazo de **5 (cinco) dias**, conforme dispões o artigo 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, seguindo as etapas descritas no presente Termo de Referência;

17.2 O Contrato a ser firmado não terá valor fixo mensal. Somente terá despesa se houver emissão de ordem de serviço;

17.3 A SAMF/BA reserva-se o direito de suspender o pagamento se os fornecimentos e os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência.



18. DA VIGÊNCIA

Será firmado Ata de Registro de Preços com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo neste período, fixo e irreajustável.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo de Referência correrão pelo orçamento da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia no exercício de 2017.

20. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, TÉCNICA E OPERACIONAL

20.1 A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

20.2 As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

20.3 As **licitantes** deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de comprovação de **regularidade trabalhista**:

20.3.1 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

20.4 As **licitantes** deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de **qualificação econômico-financeira**:

20.4.1. Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

20.4.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

20.4.3 Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura deste **Pregão**.



20.4.4 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.

20.5 Os documentos exigidos para fins de **qualificação econômico-financeira** deverão comprovar o seguinte:

20.5.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

20.5.2. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

20.5.3. Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

20.5.4. Patrimônio Líquido superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

20.6. Caso o valor total constante na declaração de que trata a Condição 20.4.3 apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o **Pregoeiro** diligenciará a **licitante** para apresentar as devidas justificativas.

20.7 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

20.7.1. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste **Pregão**, o Balanço Patrimonial e a DRE poderão ser atualizados por índices oficiais.

20.8 Se qualquer dos atestados técnicos entregues pela **licitante** se referir a serviços prestados no âmbito da SAMF/BA, será exigida certidão de capacidade técnica da **licitante**, considerando a execução completa do contrato, sendo aceitos atestados parciais



exclusivamente no caso de a **licitante** estar com o contrato vigente na data de apresentação do documento na SAMF/BA.

20.9 O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

20.10 Os documentos que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, em prazo idêntico ao estipulado na mencionada condição.

20.10.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

20.10.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Suprimentos – SISUP/DRL/SAMF/BA situada no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda na Bahia sito à Av. Jequitaia s/n – Bairro: Comércio CEP: 40.015.902-SALVADOR/BA.

20.10.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

20.10.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

20.10.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

20.10.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.



20.10.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de 2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

20.10.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

21. DAS SANÇÕES

21.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Sicaf e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- 21.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. Falhar na execução do contrato;
- 21.1.4. Fraudar na execução do contrato;
- 21.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 21.1.7. Fizer declaração falsa.

21.2 Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o item 21.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do item 21.1.2.

21.3 O retardamento da execução previsto no item 21.1.2, estará configurado quando a CONTRATADA:

21.3.1 Deixar de realizar, sem causa justificada, a execução do contrato após o prazo constante na ordem de serviço;



21.4 A falha na execução do contrato prevista no item 21.1.3 desta cláusula estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em, pelo menos, uma das situações previstas na tabela 3 do item 21.6 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir:

TABELA 1

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

21.5. O comportamento previsto no item 21.1.5 desta cláusula estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

21.6 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 2.000,00
6	R\$ 5.000,00



TABELA 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços;	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação pérfida de serviço ou Substituição de material;	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	6	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	3	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	6	Por ocorrência
9	Retirar da SAMF/BA quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável;	1	Por item e por ocorrência
10	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia.

Para os itens a seguir, deixar de:



11	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	1	Por empregado
12	Manter a documentação de habilitação atualizada;	1	Por item e por ocorrência
13	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO;	1	Por ocorrência
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO;	2	Por ocorrência
15	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente;	3	Por ocorrência
16	Efetuar a reposição de funcionários faltosos;	2	Por ocorrência
17	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	2	Por ocorrência e por dia
18	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços;	1	Por ocorrência e por dia

21.7 A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente à de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 21.1 desta cláusula.

21.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

21.8.1. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, esta será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 As especificações técnicas constantes deste Termo de Referência servem de base para a elaboração de planilha orçamentária por parte das empresas. Quaisquer itens necessários à prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, deverão ser sugeridos a tempo, para sua cotação e inclusão, caso seja julgado pertinente;



22.2 Os serviços serão executados após a emissão da ordem de serviço, que deverá possuir sua descrição sucinta, devidamente assinada pelo gestor do Contrato.

23. FONTE DE INFORMAÇÃO

Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2015 da Defensoria Pública da União

Encaminhe-se a apreciação e aprovação do Senhor Superintendente Regional da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, o presente Termo de Referência, em atendimento às determinações contidas no Inciso II do Artigo 9º do Decreto nº 5450/05.

Maria Lúcia Vilas Boas de Souza

Chefe do Serviço de Suprimentos/DRL/SAMF/MF/BA

Aprovo o presente Termo de Referência de acordo com as determinações contidas no Inciso II do Artigo 9º do Decreto nº 5450 de 31/05/05.

Etevaldo Inácio Oliveira Carneiro
Superintendente de Administração/MF/BA



ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos _____ dias do mês de _____ de 2017 na Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – SAMF em Salvador/BA, por seus representantes legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, IN-SEAP nº 1, de 8 de agosto de 2002, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão por Registro de Preços, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial da União e homologada pelo Superintendente de Administração – SAMF/BA, Processo nº 10580.000426/2017-90 **RESOLVE** registrar o preço para serviços de instalação de divisórias, com fornecimento de material, conforme condições, quantidade, exigências e estimativas conforme consta no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, o referido preço, oferecidos pela empresa _____ **CNPJ nº** _____ cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

CLAUSÚLA PRIMEIRA – DO OBJETO – A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações descritas neste Edital e seus Anexos.

CLAUSÚLA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional com características de compromisso para futura contratação, terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação.



Parágrafo Primeiro – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR REGISTRADO, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o FORNECEDOR REGISTRADO assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

Parágrafo Terceiro – A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa e competente Autorização de Material, a qual deverá ser assinada e retirada pelo Fornecedor no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Mediante a retirada da Nota de Empenho e Autorização de Material, estará caracterizado o compromisso de entrega do material.

Parágrafo Quinto – A existência de preços registrados não obriga a SAMF/BA a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.



CLÁUSULA QUARTA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo Segundo – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro – Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo Quarto – Na hipótese do parágrafo anterior, a CONTRATANTE convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a CONTRATANTE poderá:

I – Liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sexto – Não havendo êxito nas negociações, a CONTRATANTE procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



CLAÚSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os bens móveis deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, conforme o item 6 do Termo de Referência, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho e/ou Ofício nos locais abaixo discriminados:

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302

Superintendência do Patrimônio da União – Rua da Polônia Edf. Orlando Gomes Bairro Comércio – CEP: 40.015-150 – Salvador

Controladoria Geral da União – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015-302 – Salvador

Escola de Administração Fazendária Salvador – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302 – Salvador

Procuradoria da Fazenda Nacional em Salvador – Avenida Araújo Pinho nº 91 – Bairro: Canela – CEP: 40.110-150 - Salvador

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Feira de Santana – Avenida Getúlio Vargas nº 2440 – CEP: 44.076-636 – Feira de Santana

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ilhéus na Bahia – Rua General Camara nº 53 – CEP: 45.653-220 – Ilhéus/BA;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Barreiras/BA – Rua Alberto Coimbra nº 475 – CEP: 47.083-240 – Barreiras/Ba;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Vitória da Conquista na Bahia – Rua Pastor Arthur de Souza Freire nº 750 Quadra E – CEP: 45.028-738 – Vitória da Conquista;



Parágrafo Único – O pedido de extensão do prazo de entrega deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela SAMF/BA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O recebimento dos bens móveis ficará a cargo da xxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio da xxxxxxxxxxxxxxxx e, quando necessário, pela Comissão de Recebimento de Materiais, designada nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Os responsáveis pelos setores Administrativos na Unidade da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados serão previamente designados para o recebimento, acompanhamento e conferência dos bens móveis a serem entregues.

Parágrafo Segundo – A aceitação/aprovação final dos bens móveis recebidos estará condicionada a exame qualitativo a ser realizado por servidor público previamente designado e/ou Comissão de Recebimento, que efetuarão o recebimento provisoriamente e definitivamente, nos termos da alínea “a” e “b” do art. 73, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – O(s) material(ais) serão recebidos da seguinte forma:

1. Provisoriamente, até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento do(s) material(ais) emitida pela SAMF/BA, prazo este em que a Contratada deverá entregar o material, bem como será aferido, por servidor e/ou comissão de recebimento, a conformidade destes com as especificações constantes na proposta da Contratada, referente à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, especificações mínimas constantes do Edital e seus anexos, bem como da Nota de Empenho.

1.1. Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento provisório.

2. Definitivamente, depois de aferido o cumprimento integral, pela Contratada, das exigências constantes do Edital e anexos, e em especial quanto à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, e obediência às especificações técnicas mínimas constantes do Item 4, do Termo de Referência, bem como da proposta da Contratada e da Nota Empenho.



2.1. Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento definitivo e no prazo de até 10 (dez) dias corridos, o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura, com vistas à liquidação e pagamento.

Parágrafo Quarto – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da adjudicatária;

Parágrafo Quinto – Caso, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com as especificações mínimas exigidas pelo Edital e seus anexos e com a proposta da Contratada, a empresa será notificada por ofício ficando interrompidos os prazos para o recebimento e o pagamento ficará suspenso até que a falha seja sanada.

Parágrafo Sexto – Em caso de equipamento/material em desconformidade com o especificado ou com defeito, estes deverão ser substituídos, a expensas da Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do Termo de Recusa do Material.

CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada por servidor designado, devendo ser respeitado o prazo de **5 (cinco) dias**, conforme dispões o artigo 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, seguindo as etapas descritas no presente Termo de Referência;

O Contrato a ser firmado não terá valor fixo mensal. Somente terá despesa se houver emissão de ordem de serviço;

Parágrafo Primeiro – A SAMF/BA reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo Segundo – A SAMF/BA poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa, nos termos desta contratação.



Parágrafo Terceiro – O prazo de pagamento dos serviços será contado a partir da data da liquidação da Unidade.

Parágrafo Quarto – Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, se o caso, em nome da SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA – SAMF/BA, CNPJ sob o nº 00.394.460/00006-56, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

Parágrafo Quinto – Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Sexto – Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento fiscal será devolvido ao contratado e o pagamento ficará pendente até que tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a SAMF/BA.

Parágrafo Sétimo – O pagamento somente será efetuado se cumpridas, pelo contratado, todas as condições estabelecidas neste Edital, e também com a efetiva prestação dos serviços.

Parágrafo Oitavo – É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço mensal bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;



TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo Nono – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DA EMPRESA REGISTRADA

1. Deverá realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, em conformidade a cada solicitação, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas, e providenciar um projeto executivo para sua plena realização;
2. Fornece e instalar os materiais nas condições estipuladas no Termo de Referência (Anexo I);
3. Constatada qualquer irregularidade no material, bem como na instalação, deverá ser providenciada a substituição no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega/instalação;
4. Caberá à empresa contratada a designação formal de um preposto para representá-la administrativamente junto à SAMF/BA, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;
5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
6. Fornecer os materiais em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência.
7. Possibilitar à SAMF/BA, em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a sua qualquer solicitação;



- 8.** Quando se fizer necessário à mudança nas especificações dos materiais ou substituição de algum material por seu equivalente por iniciativa da empresa fornecedora, esta deverá apresentar solicitação por escrito à SAMF/BA minuciosamente justificada. Entende-se por equivalente, material ou equipamento que tem a função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venham a prejudicar o andamento dos serviços, como também, para não dar causa a possíveis prorrogações de prazo. À fiscalização compete decidir a respeito da substituição;
- 9.** Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de carácter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela SAMF/BA;
- 10.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da SAMF/BA, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, objeto do Edital, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 11.** Substituir, sempre que exigida pela SAMF/BA e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou satisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;
- 12.** Manter seus empregados, quando em trabalho, devidamente identificados por uniformes e crachás da empresa, e sujeitos às normas disciplinares da SAMF/BA e de segurança do trabalho;
- 13.** Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da contratada;
- 14.** Os horários de execução dos serviços ficarão a exclusivo critério da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer aos critérios estabelecidos, de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;



- 15.** Responder pelos danos causados diretamente à MF/BA e Órgãos Jurisdicionados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela SAMF/BA;
- 16.** Executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da SAMF/BA. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;
- 17.** Atender às recomendações dos fabricantes, obedecer às normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assuntos;
- 18.** A empresa fornecedora deverá executar o serviço seguindo rigorosamente projeto (layout) apresentado pela SAMF/BA, sendo obrigação da empresa contratada notificação quanto às eventuais incorreções;
- 19.** Emitir orçamento prévio para cada ordem de serviço recebida, e somente poderá iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela SAMF/BA;
- 20.** A SAMF/BA solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços emitidas à empresa contratada, as quais somente serão liberadas para faturamento após a entrega e aceitação dos mesmos, isto é, concernentes às especificações estabelecidas e qualidade dos materiais empregados, não se admitindo pagamento antecipado, mas somente dos serviços efetivamente executados; e
- 21.** A empresa fornecedora dos materiais deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços.
- 22.** A empresa deverá prestar serviços na SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados
- 23.** A empresa deverá prestar serviços nas unidades elencadas no Anexo II, deste Termo, bem como nas novas unidades que, porventura, venham a serem criadas no transcorrer do contrato.
- 24.** A Licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta de preços ajustadas os documentos relacionados abaixo:



24.1. Declarações de isenção de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante; ou

24.2. Licença Ambiental de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Edital, inclusive permitindo que os funcionários desta tenham acesso às dependências da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, observadas as normas de segurança existentes;

2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;

3. Cabe à SAMF/BA a exigência do uso dos equipamentos de proteção individuais necessários pelos empregados da empresa contratada, sob pena de determinar a paralisação imediata dos serviços;

4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

5. Notificar, por escrito, a empresa fornecedora dos materiais ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de entrega para a sua regularização; e

6. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais pela empresa fornecedora dos materiais

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

As quantidades inicialmente contratadas não poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme estabelece o art. 12 §1º, do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES



Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado, que:

- I** – Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- II** – Apresentar documentação falsa;
- III** – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- IV** – Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- V** – Comportar-se de modo inidôneo;
- VI** – Cometer fraude fiscal;
- VII** – Fizer declaração falsa;
- VIII** – Ensejar o retardamento da execução do certame.

Parágrafo Primeiro – A licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I** – Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- II** – Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- III** – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Segundo – Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que:

- I** – Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- II** – Apresentar documentação falsa;
- III** – Comportar-se de modo inidôneo;
- IV** – Cometer fraude fiscal;
- V** – Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

Parágrafo Terceiro – A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



I – Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – Multa:

a. de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação oficial;

b. de até **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto Contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização pelos prejuízos porventura causados ao Contratante pela não execução parcial ou total do Contrato;

III Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SAMF/BA, pelo prazo de até dois anos;

IV – Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

VI – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Quarto – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo Sexto – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Sétimo – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por Aviso de Recebimento.

Parágrafo Nono – A falha na execução do contrato prevista no inciso I do Parágrafo Segundo desta cláusula estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em, pelo menos, uma das situações previstas na tabela 3 do item 21.6 do Termo de Referência, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir:



GRAU DE INFRAÇÃO	QUANTIDADES DE INFRAÇÕES DURANTE A CONTRATUAL DE COMETIDAS VIGÊNCIA
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

Parágrafo Décimo – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Décimo Primeiro – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

Parágrafo Único – É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – Não retirar a respectiva nota de empenho e Autorização de Material, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;
- III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV – Tiver presentes razões de interesse público.



Parágrafo Primeiro – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia ou a ela provisionados, no exercício de 2017, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

Parágrafo Único – No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2017, o Termo de Referência, bem como a proposta da empresa vencedora do certame.

Parágrafo Primeiro – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, no Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, na Lei nº 10.520, de 17.07.2002, no Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e no Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, com suas alterações.

Parágrafo Segundo – A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante.



Parágrafo Terceiro – As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Salvador/BA, Seção Judiciária de Salvador, com exclusão de qualquer outro. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TETEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:
RG:

2. _____
Nome:
CPF:
RG:



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

.....(nome da empresa) CNPJ/MF nº,
sediada à, declara sob as penas da lei, que até a presente
data inexistem fatos impeditivos de sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....(local e data).....

.....
(assinatura autorizada devidamente identificada)



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

Ref.: Pregão 19/2017.

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), portador de Identidade n.º

e do CPF N.º, DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. da Lei nº 8.666 de

21/06/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

.....
(local e data)

.....
(representante legal)



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006 (em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Pregão nº)

A empresa....., inscrita no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade
nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei,
que atende os dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006,
notadamente o Art. 3º, para efeito do exercício do direito aos benefícios estendidos pelo
referido diploma, sendo que a aferição poderá ser feita em momento posterior.

Ressalva: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte

Local e data.

(Representante legal)

OBS: Esta declaração deverá ter firma reconhecida em Cartório e ser apresentada em documento original.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico ____/2017 foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico ____/2017 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico ____/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico ____/2017 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico ____/2017 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico ____/2017 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico ____/2017 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____
(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa).



ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1. DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE: ESTADO: CEP:

TELEFONE: FAX:

E-MAIL:

PESSOA PARA CONTATO:

BANCO:

AG. Nº: CONTA CORRENTE:

2. DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2017 DA SAMF/BA E ÓRGÃOS JURISDICIONADOS:

Exemplo:

ITEM OBJETO/ESPECIFICAÇÃO QUANTIDADE
DE REGISTO

PREÇO

UNITÁRIO

PREÇO

TOTAL

01

3. VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMO DE 60 DIAS CORRIDOS.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura e nome legível